

**ATA DA 23ª REUNIÃO
DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 19/02/2002

Início: 14:50 h

Término: 17:50 h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Maria Manuela M. A. Moreira (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Agência Nacional de Águas: Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis (dalvacirei@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Sudeste: Anícia A. B. Pio (apio@sp.gov.br)
Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário: Vanessa Tafla (vtafla@lacazmartins.com.br)
Comitês, Consórcios e Assoc. Interm. de Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida Borges
Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)

CONVIDADOS:

Adriana Alves Pereira - Samarco Mineração (adriana@samarco.com.br)
Airton Bodstein de Barros - Universidade Federal Fluminense (bodstein.ab@uol.com.br)
Ana Cristina Monteiro Mascarenhas - SRH/MMA (ana-cristina.mascarenhas@mma.gov.br)
Célia Cristina M. Pimenta - ANA (celiacristina@terra.com.br /celiacristina@ana.gov.br)
Cláudio Serricchio - CEIVAP (ceivap@uol.com.br)
Demetrios Christofidis - Ministério da Integração Nacional (demetrios.christofidis@integracao.gov.br)
Dilma Seli P. Pereira - ANA (dilma@ana.gov.br)
Ednaldo Mesquita Carvalho (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)
Gustavo Henrique de Araújo Eccard - SEMARH/DF (gustavoeccard@ig.com.br)
Jorge Thierry Calasans - ANA (thierry@ana.gov.br)
Julio Florencio Filho - SRH/MMA
Kelly Cristina Silva - IGAM (kelly@igam.mg.gov.br)
Leila Pereira dos Passos - ARBRAC (pppassos@algor.com.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos - CVRD (iude@cvrd.com.br)
Maria Luisa Werneck - CNI (mwerneck@cni.org.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)
Rachel Landgraf de Siqueira - SRH/MMA
Rebeca Bezerra de Magalhães - CNA (rebecabrasil@zipmail.com.br)
Ricardo Lofrano Fraguas - Votorantim Metais (fraguas@vz.cmm.com.br)
Rodrigo Pereira de Mello - ANA (procuradoria@ana.gov.br)
Valter Otaviano Junior -CONJUR/MMA (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)

Relatores:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 14 horas e cinquenta minutos do dia dezanove de fevereiro de 2002, a 23ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais foi aberta pela Dra. Maria Manuela que se apresentou, inclusive como Conselheira Suplente representante do Ministério do Meio Ambiente no CNRH, e assumiu a Presidência da Câmara Técnica, em substituição ao Dr. Júlio Thadeu, que não pôde comparecer. Iniciou solicitando a todos que se apresentassem e, logo após, salientou a nova composição desta Câmara Técnica, aprovada na VI Reunião Ordinária do CNRH. Dando prosseguimento à reunião, a Dra. Maria Manuela colocou em pauta o segundo item: eleição do Presidente da Câmara Técnica. A Dra. Cristina Yuan questionou a possibilidade de reeleição do Presidente e a Dra. Maria Manuela esclareceu que o processo de recondução está permitido, em função da Portaria nº 65, de 15 de fevereiro de 2002, publicada hoje, 19 de fevereiro de 2002, no Diário Oficial da União, que altera o Regimento

Interno do Conselho. Assim sendo, a Dra. Sonáli indicou a reeleição do Dr. Júlio Thadeu ao cargo de Presidente da Câmara Técnica. A Dra. Maria Manuela consultou os membros da Câmara Técnica, ou seus representantes, presentes à reunião, e o Dr. Júlio Thadeu foi eleito por unanimidade. Em seguida, a Dra. Maria Manuela, passando para o item 3 da pauta, solicitou a análise da minuta de Ata da 22ª Reunião da Câmara Técnica. A Dra. Aparecida referiu-se ao abordado nas linhas 63 e 64 da minuta de ata e lembrou da existência da versão do Glossário citado, editada pela ANEEL, no ano de 2000. A Dra. Ana Cristina informou que a Secretaria Executiva já possui cópia do referido trabalho. Após algumas modificações solicitadas e consensadas por todos, a Ata foi aprovada. Referindo-se ao item 4 da pauta, análise do encaminhamento da Plenária do CNRH, a esta Câmara Técnica, que trata da criação de Câmara Técnica de Cobrança, a Dra. Maria Manuela solicitou à Dra. Ana Cristina que fizesse um breve histórico sobre o assunto. A Dra. Ana Cristina explicou que a proposta de criação de uma Câmara Técnica para tratar do assunto cobrança pelo uso dos recursos hídricos foi apresentada pelo Conselheiro Mauro Viegas, através de uma Moção encaminhada à Plenária do CNRH. Esclareceu que, assim sendo, e conforme orientação da Plenária, foi elaborada pelo Grupo de Trabalho do CNRH, em sua 5ª Reunião, realizada no dia 19 de novembro de 2001, uma proposta de resolução de criação da referida Câmara Técnica. A proposta foi, então, levada ao Plenário do Conselho que, desta feita, remeteu o assunto a esta Câmara Técnica solicitando o estudo da possibilidade de ampliação das atribuições da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras, no que diz respeito às questões de cobrança. A Dra. Cristina Yuan esclareceu que a solicitação de criação de uma Câmara Técnica de Cobrança foi feita em função de uma crescente demanda de assuntos relacionados ao tema e, também, colocou em dúvida a capacidade de uma Câmara Técnica, como a de Outorga, conseguir absorver mais este assunto. Terminou propondo que se fizesse uma consulta à Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR). A Dra. Maria de Lourdes lembrou que Câmaras Técnicas são criadas para tratar de assuntos específicos e outorga e cobrança são assuntos muito amplos para serem tratados na mesma Câmara Técnica. A Dra. Maria Aparecida lembrou que a CTPOAR teve dificuldade de quorum quando da transição da Presidência do Dr. Marcos Freitas para a Dra. Leila Gomes. A Dra. Cristina Yuan opinou que, a partir do momento que se pleiteia participar, deve-se ter condições, inclusive financeiras, de se fazer representar. Finalizou dizendo que não será a criação de somente uma Câmara para tratar de outorga e cobrança que irá resolver o problema; e ainda, sugeriu que se informasse sobre a demanda de trabalho da CTPOAR. A Dra. Ana Cristina solicitou ao Dr. Luiz Cláudio, relator desta Câmara, e também relator na Câmara de Outorga, que colocasse os presentes a par dos trabalhos na referida Câmara Técnica. O Dr. Luiz Cláudio explicou que a CTPOAR adota a formação de Grupos de Trabalho como forma de agilizar as suas demandas e que, atualmente, estão em criação 3 Grupos, para estudar: outorga em reservatórios, outorga de qualidade e quantidade e integração de procedimentos de outorga em atividades de mineração. A Dra. Dalvacir lembrou que a ANA é a responsável, no âmbito federal, pela outorga e cobrança, e assim sendo, a atribuição dos dois assuntos a somente uma Câmara Técnica iria facilitar os trabalhos; salientou também a interface entre outorga e cobrança e sua preocupação com a possibilidade de descompasso das decisões, se tomadas em Câmaras diferentes. A Dra. Cristina Yuan comentou não esperar descompassos já que a ANA, certamente, será membro nas duas Câmaras. A Dra. Maria de Lourdes lembrou a possibilidade de se realizar reuniões conjuntas de Câmaras Técnicas. A Dra. Maria Manuela ponderou que, com o aumento das atribuições da CTPOAR, as reuniões se tornariam mais frequentes, as participações ainda mais difíceis e o andamento dos assuntos se tornaria moroso. A Dra. Dalvacir esclareceu que, no seu entender, os trabalhos das Câmaras Técnicas são decrescentes ou seja, uma vez elaboradas resoluções contendo critérios gerais, os trabalhos diminuiriam. A Dra. Cristina Yuan propôs iniciar os trabalhos em Câmaras Técnicas separadas e salientou que, no futuro, poderá ocorrer uma fusão. A Dra. Anícia propôs uma reflexão: poderíamos utilizar Câmaras Técnicas Temporárias, com assuntos específicos e prazos determinados, para tratar da elaboração das resoluções contendo os critérios gerais. A Dra. Maria Manuela lembrou que, atualmente e até a criação da Câmara Técnica de Cobrança, a elaboração de diretrizes gerais de cobrança é atribuição dessa Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais e ainda, salientou o nome completo da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras, como forma de salientar a amplitude de suas atribuições. Lembrou ainda que, de qualquer forma, as resoluções com critérios gerais sempre passarão pela CTIL. A Dra. Sonáli opinou que a proposta de se criar uma Câmara Técnica específica para cobrança cobre todos os requisitos

levantados pela Dalvacir, e uma fusão com a CTPOAR poderia acontecer no futuro. A Dra. Rebeca salientou que, com uma Câmara Técnica específica para cobrança teríamos um enfoque diferente do obtido com uma Câmara para os dois assuntos e lembrou as reuniões conjuntas como uma forma de compatibilizar os trabalhos. A Dra. Leila Passos lembrou que a cobrança é assunto novo e salientou que, dada a sua complexidade e relevância, está amplamente justificada a criação de uma Câmara Técnica específica para o assunto. A Dra. Sonáli reforçou que reuniões conjuntas contornarão os possíveis descompassos entre os trabalhos das Câmaras Técnicas. A Dra. Kelly Cristina manifestou seu apoio à criação de Câmara Técnica específica para cobrança. A Dra. Maria Manuela solicitou aprovação quanto à criação de Câmara Técnica específica para tratar do assunto de cobrança e, face à resposta positiva por parte da maioria dos membros, sugeriu: o aprimoramento da proposta de resolução e a fundamentação da criação da Câmara Técnica de Cobrança. Em seguida, ocorreram discussões sobre a forma ideal da proposta de Resolução, com ênfase nas atribuições da Câmara Técnica, em especial o inciso IV do artigo 2º. Nesse momento, a Dra. Maria Manuela solicitou uma interrupção dos assuntos de pauta de forma a atender um pedido de pronunciamento do Secretário Executivo do CNRH, Dr. Raymundo Garrido. O Dr. Garrido disse que pretendia expor aos presentes uma idéia pessoal, já externada ao Dr. Júlio Thadeu, na qual ele propõe manter a atual composição das Câmaras Técnicas do Conselho em 13 membros, mas adicionando duas vagas cativas a serem preenchidas pela Agência Nacional de Águas e pela Secretaria de Recursos Hídricos / MMA. O Dr. Garrido justificou sua proposição baseado no fato dos dois órgãos atuarem em todo território nacional e a SRH exercer a função de Secretaria Executiva do Conselho. Esclareceu ainda que sua proposta estava sendo colocada para ser avaliada e criticada; terminou sua exposição e agradeceu a atenção de todos. Retornou-se, então, à proposta de Resolução para criação de Câmara Técnica de Cobrança. O Dr. Cláudio Serricchio, referindo-se às atribuições da Câmara Técnica (mais precisamente ao inciso IV, art. 2º, da proposta em discussão), opinou que a Lei nº 9.433, de 1997, em seus artigos 20 e 21, estabelece o que deve ser analisado e assim sendo, a análise da "proposta de cobrança" irá mexer na atribuição dos Comitês de estabelecer mecanismos para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A Dra. Dalvacir salientou a necessidade de se produzir uma proposta objetiva e lembrou que esta Resolução será lida por outras pessoas e, obviamente, deverá ser entendida pelas mesmas. A Dra. Maria Manuela propôs aos presentes que a proposta de Resolução em discussão, na sua atual forma, fosse impressa e distribuída, a todos, no início dos trabalhos do dia seguinte; e ainda, que o texto de fundamentação da proposta de criação de Câmara Técnica de Cobrança fosse escrito também no início dos trabalhos. Assim sendo e com a concordância de todos, deu por encerrados os trabalhos do dia.

DATA: 20/02/2002

Início: 09:10 h

Término: 17:15 h

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 9 horas e dez minutos do dia vinte de fevereiro de 2002, A Dra. Maria Manuela deu início aos trabalhos do dia. Distribuiu a versão, do dia anterior, da proposta de Resolução para criação da Câmara Técnica de Cobrança e salientou mudança efetuada no inciso IV, art. 2º: suprimida a expressão "emitir parecer". A mudança foi aprovada por todos. Em seguida, questionou quem se prontificaria a redigir, com base nas discussões do dia anterior, a fundamentação que acompanhará o encaminhamento da proposta de Resolução ao Plenário do Conselho. Foi sugerido, e consensado por todos, o nome da Dra. Maria Luiza, com o apoio da Dra. Rachel. Dando continuidade, a Dra. Maria Manuela noticiou que, às dez horas, ocorrerá apresentação, pela Dra. Dilma Seli Pereira, Superintendente da ANA, dos estudos técnicos elaborados pela ANA, referentes aos documentos apresentados pelo CEIVAP solicitando a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e criação da Agência, na bacia do rio Paraíba do Sul. Dito isso, a Dra. Maria Manuela entrou no item 5 da pauta referente à análise das solicitações de interesse de participação nas Câmaras Técnicas, enviadas pelos Conselheiros, para complementação da composição das mesmas, em decorrência da Portaria nº 65, de 2002. Solicitou então, à Dra. Ana Cristina, que fizesse um breve histórico do assunto. A Dra. Ana Cristina relatou aos presentes o trabalho de solicitação de manifestação de participação e tabulação dos retornos recebidos, efetuado pela Secretaria Executiva do Conselho. Lembrou que o número de interessados extrapolou, na maioria das Câmaras, o número máximo de treze membros permitidos e que os critérios

para composição das Câmaras estão estabelecidos no novo artigo 24, do Regimento Interno. A Dra. Rebeca sugeriu a adoção de 19 membros mas o Dr. Roberto Monteiro salientou que o número máximo de 13 já está estabelecido. O Dr. Demetrios sugeriu, como segundo critério para elaboração da proposta de composição das Câmaras, a exclusão das solicitações enviadas após o prazo, para os casos de número de interessados maior que treze. A sugestão foi acatada por todos. A Dra. Dalvacir questionou onde foi explicitado o prazo para retorno das solicitações de participação. O Dr. Luiz Cláudio citou o ofício CNRH 001/2002, enviado aos Conselheiros em 16 de janeiro de 2002, no qual o referido prazo ficou estabelecido até o dia 30 de janeiro de 2002 e esclareceu ainda, conforme o mesmo ofício, que os mandatos serão coincidentes com os mandatos dos atuais membros de cada Câmara Técnica. A Dra. Maria Manuela retornou à questão da proposta de composição das Câmaras e propôs, para o caso da Câmara de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços, que obtive dez solicitações, que todas fossem mantidas, inclusive as enviadas com atraso. A proposta foi acatada por todos. A Dra. Dalvacir lembrou a proposta feita pelo Dr. Garrido, no dia anterior. A Dra. Maria Manuela esclareceu que a proposta de composição, em discussão no momento, contemplará o máximo de 13 membros nas Câmaras, conforme explicita o Regimento Interno e assim sendo, a proposição de composição com quinze membros (treze membros mais dois cativos) poderá ser uma proposta futura da Câmara Técnica. O Dr. Wilson, em apoio à Dra. Maria Manuela, salientou que o assunto poderá ser discutido na revisão do Regimento Interno, tema previsto no Cronograma de Trabalho da Câmara Técnica. Salientou, ainda, que o Plenário do Conselho não solicitou elaboração de proposta de composição das Câmaras com 15 membros. A Dra. Dalvacir lembrou que, como neste caso, a Secretaria Executiva e a Câmara Técnica podem encaminhar, ao Conselho, assuntos entendidos como importantes. O Dr. Ednaldo interveio e lembrou que o Conselho decidiu alterar a composição das Câmaras para no máximo treze membros e a Secretaria Executiva pôs em prática um trabalho para esta composição; salientou, ainda, que o Dr. Garrido colocou sua proposta para ser estudada e que, no momento, a Câmara Técnica deveria se ater ao que estava em pauta. O Dr. Roberto Monteiro propôs que a Câmara Técnica encaminhasse duas propostas de composição das Câmaras Técnicas ao Conselho, uma com treze e outra com quinze membros. O Dr. Demetrios contrapôs e sugeriu o encaminhamento de somente uma proposta ao Conselho, com treze membros, como forma de mostrar credibilidade e respeito às decisões tomadas pelos integrantes do mesmo. Neste momento, com a chegada da Dra. Dilma, a Dra. Maria Manuela solicitou, conforme acertado anteriormente, que se passasse ao item 6 da pauta, referente ao encaminhamento do CEIVAP solicitando a implantação da cobrança e criação da Agência, na bacia do rio Paraíba do Sul, o que foi aceito por todos. A Dra. Dilma solicitou ao Dr. Cláudio Serricchio, do CEIVAP, que discorresse sobre a história do processo de implantação da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul. Após a exposição do Dr. Cláudio Serricchio, a Dra. Maria Manuela solicitou à Dra. Ana Cristina que discorresse sobre o histórico do assunto, desta vez, dentro da CTIL. A Dra. Ana Cristina abordou desde a 19ª Reunião da CTIL, quando as propostas foram apresentadas pela primeira vez (Deliberações CEIVAP nº 03 e 05) e não houve consenso quanto à metodologia adotada para cálculo do valor a ser cobrado, até o momento atual quando aconteceu, por ocasião da 22ª Reunião, a apresentação da Deliberação nº 08/2001, do CEIVAP. Salientou que, deste modo, foi solicitada pela Secretaria Executiva à ANA, em atendimento ao inciso 6º, do art. 4º, da Lei nº 9.984, de 2000, a elaboração de estudos técnicos para subsidiar o CNRH em suas decisões sobre o assunto. O Dr. Cláudio Serricchio voltou a discorrer sobre o assunto, disse que o Comitê está solicitando ao CNRH que seja aprovada a implantação da cobrança na bacia e salientou que não se deve pretender esgotar o assunto. Lembrou ainda, que o Comitê quer o aval do Conselho para continuar caminhando e que a sociedade da bacia está se propondo a praticar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Em seguida, a Dra. Dilma iniciou sua explanação e salientou que a ANA entende que é muito mais importante a implantação de todos os instrumentos de gestão na bacia do que a receita a ser gerada. Em seguida, utilizou o quadro anexo à Deliberação CEIVAP nº 08 (**Anexo II**), para explicar o processo de andamento da implantação da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul. O Dr. Roberto Monteiro se mostrou satisfeito com as informações e apresentou duas observações: na primeira, de ordem técnica, salientou que a fórmula apresentada na página 3, da Análise da Proposta de Metodologia de Cobrança, elaborada pela ANA (**Anexo III**), não abrange a diluição de efluentes; na segunda, como reflexão estratégica, lembrou que a adoção de uma fórmula simplificada, embora atenda à necessidade de implementação urgente da cobrança, poderá causar reações quando da mudança para uma outra fórmula mais abrangente. O Dr.

Cláudio Serricchio concordou com a primeira observação do Dr. Roberto Monteiro; com relação à segunda, salientou que o Comitê está procurando conquistar a confiança da sociedade e assim, tornar menos problemáticas mudanças deste tipo. A Dra. Dilma complementou dizendo que a idéia é colocar em prática o assunto e assim, começar a acumular conhecimentos; terminou salientando que o objetivo maior é ter o rio em qualidade e quantidade, a um menor custo. O Dr. Roberto Monteiro solicitou que constasse em Ata que o conceito de diluição, adotado na referida fórmula, precisava ser revisto. A Dra. Sonáli abordou o item III, parágrafo 1º, da Deliberação CEIVAP nº 08/2001 e salientou que o uso não é insignificante mas sim, o quantitativo da derivação, lançamento ou volume; ressaltou a necessidade de correção no referido item. O Dr. Cláudio Serricchio concordou com a observação e salientou que, como haverá uma nova Deliberação sobre o assunto, será providenciada a alteração. A Dra. Dilma também concordou. A Dra. Vanessa questionou a situação dos procedimentos de concessão de outorga de lançamento de efluentes, nos Estados integrantes da bacia. A Dra. Dilma esclareceu que cada Estado está em um nível de implantação diferente e que se pretende adotar uma estratégia temporal, com vistas a um consenso. O Dr. Roberto Monteiro citou a Resolução de Procedimentos de Outorga existente e os entendimentos em curso entre a SRH, ANA e os Estados. A Dra. Aparecida referiu-se ao escrito na página 5, do Parecer encaminhado pela ANA (**Anexo IV**), onde se prevê a "definição da metodologia de cobrança" enquanto na Análise da Proposta de Metodologia, página 2, terceira linha, fala-se em metodologia de cobrança já proposta pelo Comitê. Salientou então, sua preocupação em se explicitar que esta metodologia não era única. A Dra. Dilma concordou e entendeu ser necessário, para este caso, a inclusão de adendo especificando que a metodologia é válida para indústrias e saneamento. A Dra. Cristina Yuan solicitou então, a complementação da frase acima referida, da página 5, com a expressão "válida para indústria e saneamento". A Dra. Maria de Lourdes solicitou correção no valor do "Ko" da fórmula, o que foi anotado pelo Dr. Cláudio Serricchio. A Dra. Maria Manuela salientou que, na página 2, Introdução, da Análise da Proposta de Metodologia de Cobrança, é anunciada uma metodologia de cobrança e, logo em seguida, apresentada nova metodologia. O Dr. Roberto Monteiro disse que a metodologia é temporária, conforme ele mesmo salientou anteriormente. A Dra. Dilma acrescentou que a fórmula é simples mas, dependendo do que se pretender na bacia, novas fórmulas poderão ser utilizadas. Finalizou informando que está sendo proposta no documento justamente esta expansão da fórmula. O Dr. Roberto Monteiro disse entender estar em discussão, para aprovação de encaminhamento ao Conselho, a metodologia de cobrança e o respectivo preço e não a Deliberação nº 08/2001, do CEIVAP. A Dra. Dilma concordou, mas salientou entender que a Deliberação nº 08/2001, do CEIVAP, seria encaminhada ao Conselho. O Dr. Cláudio Serricchio esclareceu que o Comitê está solicitando, a partir da análise da Deliberação 08/2001, a aprovação da metodologia de cobrança e valores contidos na mesma. Houve consenso quanto ao exposto pelo Dr. Roberto Monteiro e complementado pela Dra. Dilma e Dr. Cláudio Serricchio e aprovado, por unanimidade, o encaminhamento favorável à implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, na bacia do rio Paraíba do Sul. Assim sendo, a Dra. Maria Manuela questionou os presentes quanto à aprovação da criação da Agência de Águas da bacia do rio Paraíba do Sul, assunto que também faz parte da Deliberação 008/2001, do CEIVAP. O Dr. Roberto Monteiro propôs um questionamento inicial: o que deve vir primeiro, a Agência ou a implantação da cobrança, proporcionando a viabilidade econômica? O Dr. Cláudio Serricchio esclareceu que, na bacia do rio Paraíba do Sul, a implantação da Agência é um processo que se iniciou há 3 anos e, quanto à viabilidade econômica, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em seu artigo 28, possibilita o uso dos setenta e cinco centésimos por cento do valor da energia produzida, como cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Salientou que o Comitê se balizou na lei paulista para propor o formato da Agência e que, no Projeto de Lei nº 1.616, de 1999, está indicada, como preferencial, a natureza jurídica de fundação de direito privado, para as Agências de Água. Prosseguiu dizendo que, desta forma, o Comitê, em sua Deliberação 05/2000, propôs um formato para sua Agência. Lembrou ainda, que o próprio CEIVAP foi criado anteriormente à Lei nº 9.433, de 1997, e citou a dificuldade de recebimento de aporte financeiro para manutenção do Comitê. Disse que a Deliberação 05/2000 foi, também, uma forma de solicitar diretrizes ao CNRH e ANA; acrescentou que o uso de fundações privadas está restrito a algumas atividades e sugeriu a autorização da criação da Agência, pelo CNRH, com a ressalva de que, com referência à sua forma jurídica, deverá ocorrer a adequação às condições impostas pela legislação pertinente. A Dra. Sonáli solicitou a palavra e expressou que não teria sido necessário esperar pela Lei nº 9.984, de 2000, para iniciar o processo de viabilização de

criação da Agência, uma vez que a cobrança pelo uso da água já está em vigor desde a promulgação das Leis nº 7.990, de 1989, e nº 8.001, de 1990, pois nelas explicitado está tratar-se de "compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica". O Dr. Cláudio Serricchio explicou que somente na Lei nº 9.984 ficou explícito que os 0,75% sobre o valor da energia produzida referem-se à cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O Dr. Roberto Monteiro esclareceu que, devido à complexidade do tema, os 0,75% sobre o valor da energia produzida foram discriminados como "cobrança pelo uso da água" e não "compensação financeira pelo uso da água"; complementando, sugeriu que a Câmara avançasse na discussão da criação da Agência. A Dra. Sonáli concordou com a necessidade de a Câmara avançar na citada discussão, e afirmou que a questão por ela levantada carece de ser, por juristas, melhor analisada. A Dra. Aparecida lembrou que a Deliberação 05/2000, do CEIVAP, aprovou a criação da Agência de Águas da bacia na forma jurídica de fundação e ainda, a viabilidade financeira está garantida conforme estudo técnico da ANA; terminou questionando se a Câmara Técnica deve autorizar a criação da Agência como fundação. A Dra. Patrícia Boson questionou qual a necessidade, neste momento, de criação da Agência. O Dr. Cláudio Serricchio contemporizou que, com a criação da Agência, o Comitê entende que terá seus trabalhos facilitados. A Dra. Patrícia Boson insistiu no questionamento sobre a necessidade de criação da Agência e sugeriu que as ações caminhassem paralelamente. A Dra. Célia Cristina lembrou que a definição da forma jurídica da Agência não é atribuição do Conselho. A Dra. Patrícia Boson lembrou que seu questionamento foi referente à urgência da criação da Agência. A Dra. Célia Cristina salientou que se pretende aprender caminhando. A Dra. Dalvacir, complementando o exposto pela Dra. Célia Cristina, salientou que também não é atribuição do CNRH avaliar a conveniência da criação da Agência ou seja, quem sente esta necessidade é o Comitê. O Dr. Roberto Monteiro salientou que a diferença está entre criar, aprovar e autorizar e que, ao CNRH, cabe autorizar. A Dra. Vanessa lembrou que a Lei explicita "autorizar mediante solicitação do Comitê" e questionou se a viabilidade financeira está assegurada pelo repasse do valor relativo aos 0,75% sobre o valor da energia produzida. O Dr. Cláudio Serricchio esclareceu que esta questão será equacionada na negociação do Comitê com a ANA, quando ocorrerá a definição do repasse dos valores constantes do contrato de gestão; esclareceu também, que o repasse do valor relativo aos 0,75% propiciará o início do processo, mas a cobrança será a principal asseguradora do fato. A Dra. Aparecida lembrou que, nos estudos técnicos elaborados pela ANA, o valor referente à cobrança, efetuada sobre os setores da indústria e saneamento, é aproximadamente de R\$19.000.000,00 e salientou que, assim sendo, as discussões não podem se ater somente aos 0,75%. Disse ainda que, de acordo com a Deliberação nº 05, do CEIVAP, a Agência de Bacia seria criada como uma fundação de direito privado mas que, entretanto, nas últimas reuniões do Comitê estava se chegando a conclusão de se criar uma associação que pudesse ser considerada uma OS; concluiu dizendo ser necessário que se aguarde a definição, pelo CEIVAP, da estrutura a ser adotada para a Agência, a qual será encaminhada ao CNRH na forma de uma nova Deliberação do Comitê. A Dra. Maria de Lourdes opinou não ser atribuição da Câmara Técnica discutir a viabilidade financeira da Agência. O Dr. Cláudio Serricchio sugeriu duas formas distintas de encaminhamento da solicitação ao Conselho, caso se decida positivamente pelo mesmo: sem definição da natureza jurídica da Agência ou com proposta de estrutura definida, ambos com estudos comprovando sua viabilidade financeira. A Dra. Maria Manuela lembrou o questionamento, realizado na 20ª Reunião desta Câmara Técnica, relativo à forma de prestação de contas públicas de uma Agência. A Dra. Dilma esclareceu que a forma da prestação de contas públicas dependerá da forma jurídica da Agência. A Dra. Maria Luisa, referindo-se à criação da Agência, salientou que o assunto não está amadurecido e que a autorização de criação da mesma, pelo CNRH, envolve critérios técnicos e jurídicos; concluiu colocando-se contrária à autorização para sua criação. O Dr. Demétrios salientou que a Lei nº 9.433, de 1997, estabeleceu que, sem a existência da Agência, não se pode cobrar pelo uso dos recursos hídricos em uma bacia; salientou também que, de acordo com o artigo 44 da mesma Lei, existem 11 incisos para serem executados por uma Agência, em sua área de atuação; concluiu insistindo na necessidade da criação da Agência para se continuar analisando o processo de implantação da cobrança. A Dra. Patrícia Boson disse que a questão é autorizar e exigir conteúdo; salientou o fato de não existir lei sobre criação de Agências (apenas existe o Projeto de Lei nº 1.616) e lembrou que o fato de autorizar, ou não, a criação da Agência, não atrapalha o cronograma do CEIVAP; finalizou considerando inoportuno o momento e sugeriu esperar o amadurecimento do processo de criação de Agências de Água. A Dra. Maria Manuela salientou que, no Cronograma anexo da Deliberação

nº 08/2001, do CEIVAP, a criação da Agência só será apresentada ao CNRH no segundo semestre. A Dra. Dilma contemporizou dizendo que não deveríamos aprovar a criação da Agência neste momento. O Dr. Cláudio Serricchio acolheu a colocação da Dra. Dilma e expôs um expediente do Comitê solicitando a retirada de pauta do assunto (**Anexo V**). O Dr. Roberto Monteiro questionou o momento inadequado de retirada de pauta do assunto uma vez que a CTIL perdeu tempo na discussão deste assunto, tendo em vista que o representante do CEIVAP já tinha orientação para retirá-lo de pauta. A Dra. Cristina Yuan concordou e questionou o porquê do pedido de retirada não ter sido colocado anteriormente, no início dos trabalhos. O Dr. Cláudio Serricchio esclareceu que a solicitação de retirada de pauta foi uma forma de interromper a discussão e salientou a oportunidade de se discutir e amadurecer o assunto. Após a aprovação do pedido de retirada, a Dra. Maria Manuela lembrou a necessidade de elaboração de proposta de Resolução sobre a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul, a ser encaminhada pela Câmara Técnica ao Conselho. O Dr. Roberto Monteiro e o Dr. Wilson se propuseram a executar a tarefa. A Dra. Dilma agradeceu a atenção dispensada pela Câmara Técnica e se retirou da Reunião. A Dra. Maria Manuela propôs o retorno ao assunto de pauta interrompido anteriormente, qual seja, a elaboração de proposta de nova composição para as Câmaras Técnicas; deixou claro que o Dr. Garrido propôs um embrião de uma idéia ao sugerir a composição das Câmaras com 15 membros; assim sendo, sugeriu que a Câmara Técnica deveria cumprir a atribuição dada pelo Conselho: elaborar proposta de composição das Câmaras Técnicas com no máximo treze membros. Após o consenso por parte dos presentes, a Dra. Maria Manuela lembrou os critérios a serem adotados para composição das Câmaras, discutidos anteriormente nesta reunião: afinidade com o assunto da Câmara (artigo 24 do Regimento Interno, conforme Portaria nº 65, de 2002) e envio, no prazo, da solicitação de participação. A Dra. Vanessa salientou a necessidade de se manter, na composição das Câmaras, uma proporcionalidade na representatividade dos órgãos e entidades integrantes do Conselho. O proposto pela Dra. Vanessa foi consensado por todos como o terceiro critério a ser adotado. A Dra. Maria de Lourdes propôs estabelecer-se uma alternância na representação dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; ficou entendido que esta proposição será atendida com a adoção deste terceiro critério, supracitado. A Dra. Cristina Yuan, como forma de auxiliar os trabalhos, apresentou a tabela enviada, com proposta de composição, na qual foram também calculadas as representatividades do Governo Federal, Conselhos Estaduais, Usuários, Organizações Cívicas e Organizações Não Governamentais (**Anexo VI**). A Dra. Maria Manuela lembrou os critérios a serem adotados e sua respectiva ordem: afinidade com o assunto da Câmara Técnica (artigo 24, Regimento Interno); envio dentro do prazo da solicitação de participação; representatividade proporcional dos órgãos e entidades. O Dr. Demetrios sugeriu a criação de uma lista de substitutos, por setor, para cobrir eventuais vagas surgidas nas Câmaras Técnicas. A Dra. Dalvacir concordou mas sugeriu a discussão do assunto quando da proposição de alterações no Regimento Interno. A Dra. Cristina Yuan salientou que, na sua proposta, foi sugerida maior participação do Governo Federal na composição da Câmara Técnica do Plano Nacional, em função do eminente caráter de planejamento desta Câmara. A Dra. Aparecida solicitou maior participação dos Comitês na referida Câmara. Às 12:30 horas, A Dra. Maria Manuela interrompeu o assunto e propôs pausa para almoço. A Reunião recomeçou às 14:40 horas e a Dra. Maria Manuela retomou o assunto anterior; comentou entender que os critérios deverão ser únicos para qualquer Câmara Técnica. A Dra. Rebeca solicitou registro da sua discordância quanto à não inclusão do Ministério da Agricultura na proposta de composição da Câmara Técnica do Plano Nacional. A Dra. Patrícia Boson colocou que todos os usuários, descritos na Lei nº 9.433, de 1997, deveriam fazer parte das Câmaras Técnicas do Conselho, assim como todos os Conselhos Estaduais, como forma de se atingir uma ampla representatividade. A Dra. Maria de Lourdes propôs, para o caso da CTPOAR, uma exceção na adoção dos critérios de composição: inserção de todos os setores usuários representados no CNRH. O Dr. Demetrios sugeriu manter em duas as participações dos Conselhos Estaduais, para a CTPOAR. Tanto a primeira quanto a segunda proposta não foram plenamente aceitas pelos presentes. A Dra. Anícia apresentou protesto em função dos Conselhos Estaduais não aumentarem sua participação da Câmara de Outorga; justificou dizendo que o Estado é o órgão implementador e a CTPOAR tem, como uma de suas atribuições, discutir ações e procedimentos integrados de outorga; finalizou defendendo a participação de todos os Conselhos Estaduais na CTPOAR. A Dra. Patrícia Boson manifestou seu apoio. A Dra. Maria Manuela lembrou aos presentes a importância do comparecimento às reuniões das Câmaras Técnicas e ressaltou que as faltas, mesmo que justificadas, implicam

em não participação. Disse ainda, que a pendência para consenso quanto à composição da CTPOAR, está entre setores usuários e Conselhos Estaduais. Citou o nome completo da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras, leu suas atribuições, estabelecidas pela Resolução nº 07 do CNRH, de 2000, e salientou que as mesmas extrapolam o assunto outorga. A Dra. Patrícia Boson opinou que, na decisão de criação de Câmaras Técnicas, deveriam ser abordadas as participações imprescindíveis; salientou que o instrumento de outorga é integrador e que, desta forma, todos os Conselhos Estaduais deveriam participar. Após consenso quanto à CTPOAR, passou-se à composição das demais Câmaras Técnicas. Não aconteceram maiores conflitos relacionados às demais Câmaras. Assim sendo, esta Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais chegou a um consenso quanto à proposta final de composição das Câmaras Técnicas, a ser apresentada ao CNRH. (**Anexo VII**). A Dra. Maria Manuela propôs incluir, quando dos trabalhos de revisão do Regimento Interno, proposta de maior detalhamento dos critérios a serem adotados na composição de Câmaras Técnicas. Dando continuidade, colocou em discussão o item 7 da pauta: definição do Cronograma de Atividades da Câmara Técnica; solicitou, à Dra. Ana Cristina, introdução ao assunto. A Dra. Ana Cristina explanou sobre a necessidade de definição de um cronograma de atividades para a Câmara, explicou o quadro enviado aos presentes e lembrou algumas atividades a serem realizadas, já consensadas pela Câmara Técnica em reuniões anteriores. O Dr. Demetrios questionou a permanência da elaboração de proposta de resolução contendo diretrizes para os planos estaduais de recursos hídricos, nesta Câmara de Assuntos Legais e Institucionais; sugeriu como atividade da Câmara do Plano Nacional. Houve concordância de todos os presentes. A Dra. Anícia entendeu a elaboração de resolução contendo diretrizes para os planos estaduais como extrapolação das competências do Conselho. A Dra. Maria Luisa leu o inciso I, artigo 1º, do Regimento Interno, que trata das competências do CNRH: “promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários”; assim sendo, questionou os presentes quanto à pertinência da elaboração de resolução contendo diretrizes para os planos estaduais. A Dra. Maria Manuela salientou que não se pretende detalhar os planos estaduais, mas estabelecer diretrizes fixando conteúdo mínimo, de forma a poderem ser compatibilizados e promover bases para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Após discussões, foi estabelecido consenso quanto à retirada deste item do Cronograma de Atividades. A Dra. Maria Manuela, em contraposição à retirada da atividade acima descrita, propôs a inserção de um novo item no Cronograma tratando de “discussão sobre os instrumentos ainda não regulamentados”. Após sugestões, ficou consensada a inclusão de atividade descrita como: “discussão dos temas relacionados à Política Nacional de Recursos Hídricos e ainda não regulamentados”. A Dra. Ana Cristina solicitou a marcação de datas para realização das reuniões, de forma a subsidiar o Cronograma de Atividades. Foram propostas e acertadas as datas das reuniões do primeiro semestre deste ano. O Dr. Roberto Monteiro citou que o CONAMA adota a metodologia de criar, no Plenário, Grupos de Trabalho localizados hierarquicamente abaixo das Câmaras Técnicas; salientou que Grupos de Trabalho são mais dinâmicos e menos presos a procedimentos regimentais e sugeriu se pensar no assunto quando da proposição de alterações do Regimento Interno. A Dra. Maria de Lourdes propôs a inclusão, no Cronograma de Atividades, da elaboração de proposta de resolução sobre cobrança com o intuito de encaminhar a mesma à Câmara Técnica de Cobrança, caso venha a ser criada. A inclusão desta atividade não foi aceita pelos presentes com a justificativa de ser atribuição da Câmara de Cobrança. Após algumas discussões, foi finalizado quadro com Cronograma de Atividades da Câmara Técnica contendo datas de reuniões e atividades previstas, em ordem decrescente de importância (**Anexo VIII**). Neste momento, a Dra. Maria Manuela solicitou, aos presentes, a aprovação do texto final da proposta de resolução sobre a implantação da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul. Após algumas modificações, o texto foi aprovado (**Anexo IX**). Em seguida foi aprovado o texto da apresentação de justificativas para o encaminhamento de proposta de criação da Câmara Técnica de Cobrança. (**Anexo X**). A Dra. Maria Manuela lembrou da necessidade de se determinar quem apresentará, ao Plenário do Conselho, as propostas de resolução encaminhadas por esta Câmara Técnica. Foi sugerido e aceito o nome da Conselheira Cristina Yuan para apresentar as justificativas e a proposta de resolução para criação da Câmara Técnica de Cobrança. Com relação à proposta de resolução para implantação da cobrança na bacia do rio Paraíba do Sul, após questionamento à Dra. Aparecida, foi sugerido pela mesma que deveria ser alguma pessoa ligada ao CEIVAP e ainda, que a Secretaria Executiva faria este contato. A Dra. Dalvacir, em nome da ANA, se prontificou a prestar apoio para tanto, ao Comitê. Dando prosseguimento, a Dra. Maria

Manuela abriu a colocação de temas para Assuntos Gerais, da pauta. O Dr. Roberto Monteiro solicitou registro de sugestão de dois assuntos a serem tratados na revisão do Regimento Interno: estabelecimento de critérios para pedido de vistas e também, para requerimentos de urgência, em reuniões do Conselho. A Dra. Cristina informou os presentes sobre a pretensão de se colocar uma proposta preliminar de resolução de cobrança no site do CNRH, para recebimento de sugestões e colaborações. Discorreu também sobre o estágio atual dos trabalhos preliminares para elaboração do glossário de termos ligados a recursos hídricos. Com relação à proposta de resolução sobre cobrança, a Dra. Dalvacir salientou que a ANA também possui contribuições em forma de uma proposta; sugeriu a realização de uma reunião conjunta entre SRH e ANA para compatibilização das propostas e posterior divulgação de proposta única. O Dr. Roberto Monteiro concordou com a elaboração de proposta única. A Dra. Aparecida se referiu ao requerimento de urgência, tratando das PCHs, por ela apresentado na VI Reunião Ordinária do Conselho, e disse entender que, face ao encaminhamento do assunto a esta Câmara Técnica, pelo Plenário do CNRH, o mesmo deveria ser pauta prioritária desta 23ª Reunião. Citou relatório do Dep. Fernando Gabeira no qual foram enumeradas as contribuições recebidas na elaboração do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.616, de 1999, constando entre elas, as enviadas pelo Comitê Estadual do Piracicaba, Capivari e Jundiá. Questionou o porque das suas contribuições, que foram encaminhadas ao Conselho para, através do mesmo, serem enviadas ao Deputado, não constarem da pauta desta Câmara Técnica. Solicitou registro do seu entendimento como atitude de desrespeito. A Dra. Maria Manuela esclareceu que o assunto será discutido na Câmara Técnica quando da análise do referido substitutivo. O Dr. Roberto Monteiro opinou que a proposta da Dra. Aparecida, ao ser encaminhada pelo Conselho Nacional, terá maior respaldo. Ainda dentro de Assuntos Gerais, a Dra. Maria de Lourdes questionou as atribuições dadas ao cargo de Analista Ambiental, recentemente criado no Ministério do Meio Ambiente, em especial a que se refere à “formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos”; opinou que as referidas atribuições sobrepõem-se às atribuições do Conselho Nacional. A Dra. Dalvacir esclareceu que a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos compete ao Ministério e que, neste caso, a atribuição estava sendo dada a um cargo dentro do Ministério; concluiu que a atribuição procede. Em seguida, a Dra. Maria de Lourdes citou o Plano de Trabalho, elaborado pela ANA, para a constituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, e salientou a importância de que seja citada e utilizada a Resolução nº 05, do CNRH. A Dra. Maria Manuela sugeriu que o texto com a redação final da proposta de resolução para criação da Câmara Técnica de Cobrança seja enviado, por e-mail, aos participantes da reunião (**Anexo XI**). A sugestão foi aceita por todos. Às 17:15 horas, a Dra. Maria Manuela encerrou os trabalhos desta Reunião e solicitou a todos que comesçassem a estudar as necessidades de alterações para o Regimento Interno.

Ata aprovada na 24ª Reunião, realizada em 27 de março de 2002.

MARIA MANUELA M. A. MOREIRA
Presidente Substituta

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores